

CARLA VICENTE

NOÇÃO DE JOGO

CONSEQUÊNCIAS JURÍDICO-PRÁTICAS

 GESTLEGAL

ÍNDICE

Prefácio.....	7
Agradecimentos.....	11
Abreviaturas.....	13
Capítulo I	
INTRODUÇÃO	15
1. Delimitação do objeto de análise.....	15
2. Breve excuroso pelo regime jurídico do jogo.....	24
Capítulo II	
NOÇÃO DE JOGO	35
1. Introdução à noção de jogo.....	35
2. Evolução histórica da noção jurídica de jogo.....	40
3. Noção de jogo na legislação portuguesa.....	59
Capítulo III	
DIREITO COMPARADO	93
1. Espanha.....	93
2. Reino Unido.....	99
3. França.....	107
4. Bélgica.....	117
Capítulo IV	
JOGO: UMA QUESTÃO DE AZAR E/OU DE PATRIMÓNIO?	123
Capítulo V	
ZONAS FRONTEIRA COM O JOGO	137
1. Atividades de perícia.....	137

•

2. <i>Esports</i>	160
2.1. Confluências entre do Direito do Jogo e o Direito do Desporto.....	160
2.2. Como regulamentar os <i>esports</i>	174
a. Reconhecer os <i>esports</i> como desporto.....	174
b. Criar regulamentação específica para os <i>esports</i>	189
c. Regulamentar apenas alguns aspetos dos <i>esports</i>	193
d. Admitir que os <i>esports</i> podem ser regulamentados como jogo.....	194
2.3. Reflexões conclusivas.....	207
Capítulo VI	
CONCLUSÕES	213
Bibliografia	231
Índice	239

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt